

SUMÁRIO

▶	ABREVIATURAS E SIGLAS	37
▶	CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA HISTÓRICA – UTILIZAÇÃO DO MS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO	39
1.	A evolução do MS no sistema constitucional.....	39
2.	Direito líquido e certo – a evolução conceitual.....	41
▶	CAPÍTULO 2 – O MANDADO DE SEGURANÇA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO	47
1.	MS como tutela jurisdicional diferenciada com cognição restrita	47
2.	A formação de procedimento especial sincrético	54
▶	CAPÍTULO 3 – POLÊMICAS EM TORNO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO PARA FINS DE MANDADO DE SEGURANÇA.....	63
1.	O Direito líquido e certo é condição da ação, pressuposto processual ou o mérito do mandado de segurança?	63
2.	Decadência no mandado de segurança – a decisão que a decreta e seus limites – simples declaração prejudicial e aproveitamento do prazo	69
3.	A coisa julgada no mandado de segurança – o cabimento de ação rescisória – a correta interpretação da legislação e das súmulas	76
4.	Rescisória e sentenças de carência de ação – o caso específico do MS e a teoria da asserção	81
▶	CAPÍTULO 4 – CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO – O PAPEL DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	85
1.	Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos	85
2.	O controle de legalidade e mérito do ato administrativo e a existência de limites.	86
3.	O controle do processo administrativo disciplinar e o enunciado 665 da súmula da jurisprudência dominante do STJ	96
▶	CAPÍTULO 5 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INICIAL NO MS – A APLICAÇÃO DO ART. 332 DO CPC/15	99
1.	Aspectos gerais e a nova feição da improcedência liminar.....	99
2.	Aplicação da improcedência liminar no mandado de segurança.....	101

2.1. Os processos repetitivos e a atuação do magistrado ao receber a petição inicial. A sentença <i>initio litis</i> produz coisa julgada: os limites da cognição judicial	102
2.2. A recorribilidade da decisão que determina a citação: o cabimento da resolução superantecipada da lide	104
2.3. O (in)cabimento do dispositivo ao mandado de segurança: os precedentes judiciais obrigatórios	107
► CAPÍTULO 6 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA	111
1. Introdução	111
2. Acepções da palavra liminar.....	112
3. Breves considerações sobre cautelar e tutela antecipada (inclusive inibitória)	113
4. A liminar no mandado de segurança: os requisitos, a obrigatoriedade e a responsabilidade do autor	117
► CAPÍTULO 7 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA: DA EXPECTATIVA DE DIREITO AO DIREITO SUBJETIVO. CANDIDATO APROVADO NO LIMITE DAS VAGAS E QUESTÕES ENVOLVENDO A TEORIA DO FATO CONSUMADO	127
1. Aspectos iniciais	127
2. Concurso público: o limite entre a expectativa de direito e direito líquido e certo à nomeação em caso de novas vagas	128
3. Aprovação <i>sub judice</i> . Direito à posse e nomeação ou mera expectativa?	138
4. Ainda sobre o candidato aprovado e nomeado <i>sub judice</i> : aplicação da teoria do fato consumado?.....	141
4.1. Colisão de grupos de direitos fundamentais – preponderância	141
4.2. Solução para a colisão entre direitos fundamentais nos casos de aprovação <i>sub judice</i> . O atraso no julgamento do mandado de segurança como instrumento de estabilização de situação fática.....	145
5. Concurso público e a discussão quanto a (in)existência de direito a indenização em decorrência de atraso na nomeação ou cancelamento do certame: um (breve) olhar jurisprudencial	155
► CAPÍTULO 8 – RESTRIÇÕES AO CABIMENTO DE LIMINAR E À EXEQUIBILIDADE IMEDIATA DA SENTENÇA NO MS.....	157
1. Características do procedimento do MS. Exequibilidade imediata da sentença e possibilidade de concessão de medida liminar	157
2. Restrições legais ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da decisão que concede a segurança – conceitos indeterminados que merecem análise em cada caso concreto – a importância do resultado da ADI 4296/STF	159
3. Outras restrições ao cabimento de liminar e da própria efetividade da sentença em MS	165

4.	Liminar concedida X sentença denegatória. Continuidade ou não de seus efeitos: previsão expressa no CPC/15	167
5.	Cabimento de recurso contra a liminar no MS	173
►	CAPÍTULO 9 – O PEDIDO DE SUSPENSÃO NO MS – SUA ANÁLISE POLÍTICO-JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	183
1.	Influência política do Executivo no procedimento do pedido de suspensão.....	183
2.	Decisões em mandado de segurança – eficácia (em regra) imediata	186
3.	Natureza Jurídica do pedido de suspensão e hipóteses de cabimento	187
4.	Aspectos procedimentais e competência para sua apreciação.....	200
4.1.	Decisão originária de magistrado de 1ª instância – Competência do TJ/TRF e dos Presidentes dos Tribunais Superiores	201
4.2.	Agravo de Instrumento e efeito substitutivo: consequências em relação ao pedido de Suspensão e cabimento de Reclamação	202
4.3.	Decisão de Tribunal de Justiça ou Regional Federal: competência do STJ e STF	206
►	CAPÍTULO 10 – SUSPENSÃO DE DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: UM TEMA COM VARIAÇÃO INTERPRETATIVA	211
1.	Introdução	211
2.	As ordens judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos – Direitos fundamentais em análise	212
2.1.	O perigo de efeito multiplicador – o juízo de ponderação em casos concretos.....	212
2.2.	Os direitos fundamentais e o (in)cabimento de pedido de suspensão: um tema com variação interpretativa.....	212
►	CAPÍTULO 11 – LEGITIMIDADE E LITISCONSÓRCIO ATIVO NO MS – UM CASO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO INDIVIDUAL.....	219
1.	Legitimidade ativa no mandado de segurança individual. Remota possibilidade de sucessão processual. MS impetrado por pessoa jurídica.....	219
2.	Hipóteses de litisconsórcio ativo no MS e sua limitação	224
3.	Substituição processual no polo ativo – mais uma hipótese excepcional no sistema processual	228
►	CAPÍTULO 12 – PARTE, LITISCONSÓRCIO PASSIVO E ASSISTÊNCIA	233
1.	Considerações preliminares	233
2.	Parte e terceiro – conceitos importantes.....	234
3.	Partes no mandado de segurança e a encampação.....	237
4.	Requisitos para aplicação da teoria da encampação no MS.....	245
4.1.	Encampação e a competência absoluta: o Enunciado 628, do STJ	246

4.2. Parte e terceiro: encampação em qual localização processual?.....	249
5. Mandado de segurança contra ato judicial. A posição do adversário do impetrante na demanda originária e de terceiros atingidos pela decisão que originou o MS.....	250
6. Litisconsórcio passivo e assistência no mandado de segurança contra ato administrativo.....	254
6.1. O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança	254
6.2. Assistência e <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança	261
► CAPÍTULO 13 – O SISTEMA DE CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS....	269
1. Aspectos preliminares	269
2. Breve análise sobre a classificação das sentenças e de outras decisões judiciais. Modalidades de efetivação sem ação de execução autônoma.....	269
3. O sistema de cumprimento das decisões contrárias à fazenda pública.....	272
4. O cumprimento das decisões mandamentais proferidas no MS (provisórias e definitivas)	277
5. A satisfação da parcela pecuniária decorrente – período litigioso e não litigioso...	287
6. Execução individual de decisão oriunda de MS coletivo.....	291
► CAPÍTULO 14 – ASPECTOS RECURSAIS	295
1. Legitimidade/interesse recursal: o papel situacional da autoridade coatora e dos terceiros atingidos pela decisão judicial.....	295
2. Medidas judiciais cabíveis em face das tutelas provisórias em mandado de segurança processados em 1º grau – Contagem dos prazos (art. 219 do CPC/15) .	298
3. Impugnações em face da sentença: apelação, pedido de concessão de efeito suspensivo, pedido de suspensão de segurança e o cabimento de reexame necessário.....	301
4. Recursos contra decisões proferidas em mandado de segurança de competência originária dos tribunais – sustentação oral no julgamento (Lei 13.676/18) – exaurimento ou não da instância ordinária	305
5. Honorários recursais e ampliação de julgamento no âmbito do Mandado de Segurança	310
► CAPÍTULO 15 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL: ALGUMAS VARIÁVEIS.....	315
1. Definição do tema	315
2. Natureza jurídica do mandado de segurança e cabimento no processo penal	315
3. Consequências processuais decorrentes da admissão do ms em matéria penal	320
3.1. Competência – Câmara/Vara Civil ou Criminal?.....	320
3.2. Formação de litisconsórcio necessário.....	321
3.3. Contagem dos prazos e cabimento de ação rescisória	323

►	CAPÍTULO 16 – A COMPETÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA: QUESTÕES CONTROVERTIDAS.....	327
1.	Definição do tema	327
2.	Ato de dirigente de entidade de Ensino Superior	328
3.	Atos do conselho federal da OAB.....	331
4.	Decisões dos juizados especiais e respectivas turmas recursais.....	333
5.	Ato praticado por juiz, desembargador de tribunal Estadual, Federal, Procurador de justiça estadual e dos CNJ e CNMP. Interpretação do art. 102 I, d, n e r, da CF/88	335
►	CAPÍTULO 17 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO OMISSIVO: ASPECTOS LIGADOS À APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	341
1.	A falta do ato e a possível violação de direitos.....	341
2.	O controle da omissão administrativa: limite entre a segurança preventiva e a por omissão	342
3.	A fluência do prazo de 120 dias para impetração do <i>mandamus</i> : variação interpretativa.....	343
4.	Caso específico do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: segurança por omissão ou preventiva?	347
►	CAPÍTULO 18 – POLÊMICAS SOBRE O MS COLETIVO E A LEI 12.016/09	355
1.	Introdução	355
2.	Interesses discutidos: o problema dos difusos e o limite entre o MSC e a ação popular	356
3.	A legitimação ativa	359
4.	O direito de renunciar a tutela coletiva e a coisa julgada no MSC. (in)constitucionalidade do art. 22 da lei 12.016/09.....	363
►	CAPÍTULO 19 – A DESISTÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E A BOA-FÉ PROCESSUAL.....	367
1.	Colocação do problema.....	367
2.	A desistência como fenômeno processual: seus momentos, a prevenção e a regulação da boa-fé.....	367
3.	Desistência recursal regular e de recurso repetitivo ou quando já existe tese fixada em repercussão geral.....	371
4.	A desistência no mandado de segurança: do Tema 530/STF à análise dos casos concretos visando controlar a boa-fé processual.....	373
►	CAPÍTULO 20 – MULTA E MEDIDAS ATÍPICAS: LIMITAÇÃO E CABIMENTO NO MS.....	381
1.	Introdução	381

2.	A multa por desobediência de ordem judicial no MS – limitação e exequibilidade	382
3.	Outras medidas atípicas – cabimento no Mandado de segurança	386
4.	A pena pecuniária e outras medidas atípicas por descumprimento de ordem judicial no mandado de segurança: a quem devem ser dirigidas?	390
▶	CAPÍTULO 21 – A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E SUAS VARIÁVEIS.....	399
1.	Introdução	399
2.	A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material.....	400
3.	A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo	402
▶	CAPÍTULO 22 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: DO MANDADO DE SEGURANÇA AO VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL	409
1.	Introdução	409
2.	O mandado de segurança no sistema dos juizados especiais.....	410
3.	O uso do MS contra decisão judicial no sistema dos juizados	414
4.	A multa nos juizados especiais: incompetência e variação de entendimento.....	419
▶	CAPÍTULO 23 – MANDADO DE SEGURANÇA EM DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL: COMPETÊNCIA E CABIMENTO	423
1.	Introdução	423
2.	O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral	424
3.	Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento e competência e aplicação do novo CPC	427
▶	CAPÍTULO 24 – MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	435
1.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial trabalhista. A irrecorribilidade das interlocutórias e os recursos sem efeito suspensivo	435
2.	Mandado de segurança contra ato administrativo oriundo da Justiça do Trabalho	439
▶	CAPÍTULO 25 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL E O CPC/15	443
1.	Introdução	443
2.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial em geral – decisões irrecorribéis ou sujeitas a apelos sem efeito suspensivo – legitimidade e prazo.....	444
3.	Mandado de segurança contra decisão judicial no CPC/15 – o entendimento do tema 988/STJ.....	449

►	CAPÍTULO 26 – A REMESSA NECESSÁRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E AS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DO CPC/15.....	457
1.	Introdução	457
2.	Remessa necessária no CPC/15: natureza jurídica efeitos	458
3.	Restrições à remessa necessária e aplicação ao mandado de segurança.....	461
4.	Recurso parcial e a remessa necessária em mandado de segurança: aplicação do art. 942 (complementação de julgamento)	466
►	CAPÍTULO 27 – O RECURSO DE APELAÇÃO NO CPC/15 E SUA APLICABILIDADE NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	471
1.	Considerações introdutórias	471
2.	Efeito suspensivo (<i>legal e judicial</i>) da apelação no MS e a tutela provisória na sentença: o incidente de efeito suspensivo diretamente no tribunal e a aplicação no mandado de segurança (art. 1.059, do CPC/15 c.c. art. 14 §3º, da lei 12.016/09)	472
3.	Poderes do relator e a primazia do mérito recursal	479
4.	Julgamento do mérito pelo tribunal e a teoria da causa madura: art. 1.013, do CPC/15 e seu cabimento no MS.....	480
►	CAPÍTULO 28 – PRIMAZIA DE MÉRITO E REFLEXOS NO MS.....	491
1.	Necessário diálogo conceitual – primazia de mérito e diminuição do excesso de formalismo	491
2.	Decadência e denegação da segurança – possibilidades processuais – análise da hipótese prevista no art. 488, do CPC.....	493
►	CAPÍTULO 29 – PRESUNÇÕES DIFERENCIADAS E EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA NA AÇÃO RESCISÓRIA, MANDADO DE SEGURANÇA E DESAPROPRIAÇÃO	499
1.	Introdução	499
2.	Revelia e os efeitos materiais e processuais – mitigação da presunção de veracidade dos fatos e o CPC/15.....	500
3.	Inexistência dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação: preponderância de presunções diferenciadas	503
►	CAPÍTULO 30 – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: VARIÁVEIS E CUIDADOS NECESSÁRIOS	509
►	CAPÍTULO 31 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL NO SISTEMA DE PRECEDENTES E EM <i>HABEAS CORPUS</i>	515
►	CAPÍTULO 32 – A COMPETÊNCIA DO STJ E STF PARA A APRECIÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO: ALGUMAS PONDERAÇÕES.....	521

▶ CAPÍTULO 33 – MANDADO DE SEGURANÇA E RECLAMAÇÃO VISANDO À CORRETA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA.....	527
▶ CAPÍTULO 34 – A COMPETÊNCIA DO STF PARA AS AÇÕES JUDICIAIS CONTRA ATOS DO CNJ E CNMP: A IMPORTÂNCIA DO TEMA FIXADO NA RCL 33.459, ADI 4.412 E PET 4.770.....	533
▶ CAPÍTULO 35 – PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR FORMULADO EM PROCESSO PENAL E POR ENTE PRIVADO: ALGUMAS PONDERAÇÕES	539
▶ CAPÍTULO 36 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA LIQUIDAÇÃO E NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM MANDADO DE SEGURANÇA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE	543
▶ CAPÍTULO 37 – DUAS SITUAÇÕES ENVOLVENDO A EVENTUAL PERDA DE INTERESSE PROCESSUAL: ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO E DO CONCURSO PÚBLICO.....	549
▶ CAPÍTULO 38 – A IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA E A LITISPENDÊNCIA COM OUTRAS AÇÕES	553
▶ CAPÍTULO 39 – A CONVERSÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO EM REPRESSIVO E A PRIMAZIA DE MÉRITO	557
▶ CAPÍTULO 40 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO MANDADO DE SEGURANÇA COM EFEITOS PATRIMONIAIS E O TEMA 1232/STJ.....	561
▶ CAPÍTULO 41 – ANEXOS	565
1. Enunciados de Súmula da Jurisprudência Dominante do STF sobre mandado de segurança	565
2. Lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo – nº 12.016, de 07.08.09, publicada em 10.08.09	566
3. Mensagem de veto nº 642, de 07.08.09, publicada em 10.08.09	571
▶ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	573